

Vantagens e desvantagens na mobilidade da pessoa cega com cão-guia¹

Advantages and disadvantages on mobility of blind people with guide dog

Aline Carrero Fukuhara²
Ana Claudia Marciano³
Jaqueline Oppi⁴
Ailton Barcelos da Costa⁵
Maria Amélia Almeida⁶
Rosimeire Maria Orlando⁷

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a pessoa com cegueira, usuário de cão-guia, na perspectiva da mobilidade, da adaptação e das dificuldades encontradas em relação à acessibilidade. A escolha desse tema surgiu da necessidade de ampliar as escassas experiências e pesquisas relacionadas com o assunto, já que, até onde se pode procurar, em diversas bases de dados nacionais e internacionais, existe uma grande deficiência em termos de pesquisa, o que dificultou a obtenção de informações. A coleta de dados ocorreu pela abordagem diferencial, com um questionário aplicado aos participantes por *e-mail* e rede social. A pesquisa contou com a participação de três homens com cegueira e usuários de cão-guia. Como resultado, chegou-se à conclusão de que o cão-guia facilita tanto na locomoção quanto na interação social da pessoa cega. Palavras-chave: Educação Especial. Cão-guia. Cegueira. Acessibilidade. Mobilidade.

ABSTRACT

This research aims to analyze the person with blindness, user guide dog from the perspective of mobility, adaptability, and the difficulties encountered in relation to accessibility. Having the choice of this theme emerged from the need to expand the meager experiences and research related to the subject, since, so far as one can search on several bases of national and international data, there is a great deficiency in terms of research, which difficult to obtain information. Data collection occurred through differential approach with a questionnaire administered to participants via email and social networking. The research involved the participation of three people with blindness and user guide dog, male. As a result, came to the conclusion that the guide dog makes both in mobility and in social interaction blind person.

Keywords: Special Education. Guide dog. Blindness. Accessibility. Mobility.

1 Trabalho desenvolvido na disciplina Processos Investigativos I: Planejamento do Trabalho Científico, sob a orientação das professoras Maria Amélia Almeida e Rosimeire M. Orlando, e co-orientação do doutorando Ailton Barcelos da Costa na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

2 Licencianda em Educação Especial na UFSCar. *E-mail:* aline_fukuhara3@hotmail.com

3 Licencianda em Educação Especial na UFSCar. *E-mail:* marcianoana@hotmail.com

4 Licencianda em Educação Especial na UFSCar. *E-mail:* marcianoana@hotmail.com

5 Doutorando em Educação Especial no Programa de Pós-graduação em Educação Especial da UFSCar. *E-mail:* ailton_barcelos@yahoo.com.br

6 Docente do Curso de Licenciatura em Educação Especial e do Programa de Pós-graduação da UFSCar. *E-mail:* ameliama@terra.com.br

7 Docente do Curso de Licenciatura em Educação Especial e do Programa de Pós-graduação da UFSCar. *E-mail:* meiremorlando@gmail.com

1. Introdução e justificativa

A presente pesquisa trata das vantagens e desvantagens da orientação e mobilidade de pessoas com cegueira, usuárias de cão-guia, surgindo da necessidade de ampliar as escassas pesquisas, em nível tanto nacional como internacional.

Quanto à deficiência visual, esta não pode ser definida apenas no sentido físico, mas também no sentido social, uma vez que as dificuldades encontradas por pessoas com cegueira são muitas (WIGGETT-BARNARD; STEEL, 2008). Para essas autoras, uma vez que o ambiente não é apropriado, ou quando as pessoas ainda não aceitam a ideia de um cão entrar nos lugares públicos ou privados, a vida da pessoa com deficiência se torna ainda mais complicada. Isso ocorre porque parte das pessoas não entende que ele é um cão treinado, que está ali para ser a visão da pessoa com deficiência, deixando de ser apenas um cachorro e passando a ser seu companheiro a trabalho (WIGGETT- BARNARD; STEEL, 2008).

Tais barreiras ambientais e atitudinais são largamente encontradas no Brasil, como a dificuldade de acesso com segurança e autonomia aos espaços públicos, edificações, mobiliários, transportes, meios de comunicação, além da falta de piso tátil e de compreensão com a permissão do acesso do cão-guia a locais públicos e privados (SÁ, 2003). Por sua vez, Sá (2003), ao tratar da questão social, coloca em evidência o preconceito e a falta de oportunidades para as pessoas cegas, mas isso vem mudando rapidamente ao longo dos últimos 10 anos. Isso fica evidente na fala de Souza (2013), quando diz:

Ao lado das lutas clássicas por acessibilidade e mobilidade urbana, eles reivindicam pleno acesso a terminais bancários, etiquetagem braile em produtos de consumo, cardápios em restaurantes e folhetos publicitários em braile ou áudio. No campo da comunicação, lutam pela implementação do recurso da audiodescri- ção em produtos audiovisuais, acessibilidade à telefonia móvel, acessibilidade na *web* e subsídios para o acesso a tecnologias assistivas.

Porém, o reconhecimento da acessibilidade como um importante tema, sua efetivação, pelo menos no Brasil, ainda não alcançou o estatuto de política permanente e consolidada, o que reduz o usufruto, por parte desses indivíduos, de direitos de cidadania e desqualifica suas possibilidades de emancipação (SOUZA, 2003).

Nesse sentido, pode-se falar da legislação sobre a acessibilidade do cão-guia, iniciando por Martinez (2011), que diz que a Lei nº 11.126/2005 permite a entrada do cão- guia em ambientes de uso coletivo (restaurantes, *shoppings*, aeronaves, supermercados, táxis, ônibus, metrô, entre outros). Segue abaixo o texto da lei na íntegra:

Art. 1º É assegurado à pessoa portadora de deficiência visual usuária de cão-guia o direito de ingressar e permanecer com o animal nos veículos e nos estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo, desde que observadas as condições impostas por esta Lei.

§ 1º A deficiência visual referida no *caput* deste artigo restringe-se à cegueira e à baixa visão.

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se a todas as modalidades de transporte interestadual e internacional com origem no território brasileiro.

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Constitui ato de discriminação, a ser apenado com interdição e multa, qualquer tentativa voltada a impedir ou dificultar o gozo do direito previsto no art. 1º desta Lei.

Art. 4º Serão objeto de regulamento os requisitos mínimos para identificação do cão-guia, a forma de comprovação de treinamento do usuário, o valor da multa e o tempo de interdição impostos à empresa de transporte ou ao estabelecimento público ou privado responsável pela discriminação.

Art. 5º (VETADO).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de junho de 2005.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Em seguida, o Decreto nº 5.904, de 21 de setembro 2006, vem regulamentar a lei citada. Nessa regulamentação, ficam claros os direitos e deveres do usuário de cão-guia, bem como a discriminação de locais em que são permitidos sua entrada ou não, conforme os artigos a seguir:

Art. 1º A pessoa com deficiência visual usuária de cão-guia tem o direito de ingressar e permanecer com o animal em todos os locais públicos ou privados de uso coletivo.

§ 1º O ingresso e a permanência de cão em fase de socialização ou treinamento nos locais previstos no *caput* somente poderá [sic] ocorrer quando em companhia de seu treinador, instrutor ou acompanhantes habilitados.

§ 2º É vedada a exigência do uso de focinheira nos animais de que trata este Decreto, como condição para o ingresso e permanência nos locais descritos no *caput*.

§ 3º Fica proibido o ingresso de cão-guia em estabelecimentos de saúde nos setores de isolamento, quimioterapia, transplante, assistência a queimados, centro cirúrgico, central de material e esterilização, unidade de tratamento intensivo e semi-intensivo, em áreas de preparo de medicamentos, farmácia hospitalar, em áreas de manipulação, processamento, preparação e armazenamento de alimentos e em casos especiais ou determinados pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar dos serviços de saúde.

§ 4º O ingresso de cão-guia é proibido, ainda, nos locais em que seja obrigatória a esterilização individual.

§ 5º No transporte público, a pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia ocupará, preferencialmente, o assento mais amplo, com maior espaço livre à sua volta ou próximo de uma passagem, de acordo com o meio de transporte. Art.

6º O descumprimento do disposto no art. 1º sujeitará o infrator às seguintes sanções, sem prejuízo das sanções penais, cíveis e administrativas cabíveis:

I - no caso de impedir ou dificultar o ingresso e a permanência do usuário com o cão-guia nos locais definidos no *caput* do art. 1º ou de condicionar tal acesso à separação da dupla:

Sanção - multa no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) e máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

II - no caso de impedir ou dificultar o ingresso e a permanência do treinador, instrutor ou acompanhantes habilitados do cão em fase de socialização ou de treinamento nos locais definidos no *caput* do art. 1º ou de se condicionar tal acesso à separação do cão:

Sanção - multa no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) e máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); e

III - no caso de reincidência:

Sanção - interdição, pelo período de trinta dias, e multa no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Uma vez claros os direitos e deveres do usuário de cão-guia, e os locais em que são permitidos sua entrada ou não, estando estabelecido o direito de ir e vir do cão, é importante falar sobre como as pessoas podem lidar com ele. Nesse sentido, o Instituto Iris (s.d.) elencou 10 pontos que as pessoas precisam saber quando estiverem diante de um cão-guia, conforme seguem:

1. Nunca fale ou toque no cão-guia enquanto ele estiver com a guia e o colete. O uso deste equipamento significa que ele está trabalhando, ou seja, conduzindo o seu dono, portanto não pode perder o foco de suas atividades.
2. Jamais alimente o cão-guia. Ele tem horário certo para comer.
3. O cão-guia é fofinho, mas está trabalhando. Ele só pode ser acariciado quando estiver sem a coleira e o colete - sinal de que está no intervalo de descanso.
4. Se estiver com algum cão, controle-o para que não prejudique o trabalho do cão-guia e seu dono.
5. Não tenha medo do cão-guia: ele é bem treinado e não vai te morder.
6. Se quiser ajudar uma pessoa com deficiência visual e seu cão-guia, pergunte primeiro se o dono está precisando de auxílio. Jamais o toque sem que ele esteja preparado.
7. Em ônibus ou no metrô, seja gentil e deixe o cão-guia e o seu dono entrarem primeiro no coletivo. Isso facilita o trabalho do cão.
8. Nos coletivos, o cão-guia sempre se posiciona aos pés do seu dono, acomodado no assoalho. Além disso, está treinado e habituado a viajar em qualquer tipo de transporte, dentro e fora do país. Tome cuidado, ao sair, para não pisar nele.
9. O cão-guia está habituado e capacitado a entrar e permanecer em todos os tipos de estabelecimento. Fique tranquilo: ele não fará bagunça ou causará transtornos.
10. A Lei 11.126 garante o acesso da pessoa com deficiência visual e seu cão-guia a qualquer ambiente coletivo, público ou privado.

Falando agora da relação do cão com a pessoa cega, pode-se começar com Lindemann (LINDEMANN; BOYD, 1981), que relata que, ao longo dos anos, essas pessoas foram se tornando mais independentes em razão dos recursos que lhes eram oferecidos. Para Mendonça e colaboradores (2008) e Hoffman (1999), essa independência da pessoa com deficiência visual é adquirida por meio do processo de orientação e mobilidade, o qual é composto por um conjunto de habilidades motoras, cognitivas, sociais e emocionais, e por um grupo de técnicas específicas (guia vidente, proteção e bengala), que lhe possibilitam conhecer, relacionar-se e deslocar-se de forma independente e autônoma nas várias estruturas, nos espaços e nas situações do ambiente.

Por sua vez, Felipe (2001) diz que essa mobilidade da pessoa com deficiência visual por ser feita com a ajuda de outra pessoa (guia vidente), usando seu próprio corpo (autoproteções), usando uma bengala (bengala longa), usando um animal (cão-guia) e usando a tecnologia.

No entanto, para Santos e Castro, a orientação é o aprendizado no uso dos sentidos para obter informações do ambiente: saber onde está, para onde vai ou como fazer para ir a algum lugar. Podem-se usar audição, tato, cinestesia (percepção dos movimentos), olfato e visão residual, se ela existir. A mobilidade é o aprendizado para o controle dos movimentos de forma organizada e eficaz (SANTOS; CASTRO, 2013).

Dessa forma, percebe-se que a orientação e a mobilidade de uma pessoa cega com a bengala exigem uma percepção dos movimentos (SANTOS; CASTRO, 2013), e que o uso do cão-guia exige outra construção desse corpo (WIGGETT-BARNARD; STEEL, 2008).

Quando se fala da mobilidade com um animal (cão-guia), para Dunca e Allen (2000), a melhora da autoestima dessas pessoas tem sido associada aos cães de serviço, que é um tipo de cão de assistência treinado especificamente para ajudar as pessoas que têm deficiência, distinguindo significativamente dos não proprietários, melhorando, assim, sua autoestima. No mesmo sentido, as pessoas têm maior autoestima, confiança, tolerância e independência após a aquisição do cão de serviço, tendo resultados positivos de aumento da autoestima, principalmente dentro de seis meses depois de os participantes receberem o cão (VALENTINE; KIDDOO; LAFLEUR, 1993).

Quanto à utilização do cão-guia, não se conhece ao certo como ele surgiu, mas acredita-se que seja bastante antigo, com diversos relatos ao longo da história da humanidade, como o da existência de uma gravura nas ruínas romanas do século I da cidade de Herculaneum (MARTÍNEZ, 1991). Porém, a primeira tentativa de treinamento de cães para guiar cegos remonta a 1780, no hospital para cegos Les Quinze-Vingts de Paris. Em 1788, Josef Riesinger, austríaco, treinou um spitz alemão tão bem que as pessoas duvidavam que ele fosse cego (TAVOLIERI, 2013; MARTÍNEZ, 1991).

Foi somente durante a Primeira Guerra Mundial que foi iniciada a utilização de pastores-alemães como cães mensageiros e guias, facilitando a mobilidade dos soldados feridos que retornavam cegos da frente de batalha, chegando-se a usar mais de 25 mil cães (OSTERMEIER, 2010). Para o autor, com o final da guerra se aproximando, foi criada em 1916 a primeira escola de cães-guia do mundo, localizada em Oldenburg, Alemanha.

Após a Primeira Guerra Mundial, a Escola Evergreen (Hospital Geral do Exército dos Estados Unidos), em Baltimore, tornou-se o centro de reeducação dos soldados de guerra que estavam cegos e realizou um extenso programa educacional e de reabilitação, além de prestar cuidados hospitalares e médicos aos homens (OSTERMEIER, 2010).

Ainda para Ostermeier (2010), os mais de 80 anos subsequentes de treinamento e difusão de escolas de cão-guia nos Estados Unidos levaram a mais de 10 mil cães-guia em atividade naquele país nos dias de hoje, sendo eles hoje usados tanto por civis quanto por veteranos de guerra.

Quanto à introdução do cão-guia no Brasil, não existem informações seguras sobre isso. Já sobre o número de cães-guia em atuação, Tavolieri (2013) diz que atualmente existem entre 70 e 100 deles em atuação.

Atualmente, como cães-guia são utilizadas raças como o labrador retriever, pastor-alemão, golden retriever, primeiro cruzamento de labrador retriever com golden retriever e primeiro cruzamento de border collie com golden retriever, airedale terrier, border collie, boxer, dálmata, schnauzer gigante, samoyed e poodle padrão (para os candidatos ou seus familiares que sejam alérgicos a pelo de cachorro), além de outras raças puras e cruzadas (AMÁDIO; FERREIRA, 1988).

Em relação à revisão teórica sobre a temática da mobilidade com o cão-guia, em nível tanto nacional quanto internacional, foram poucos os estudos encontrados sobre o assunto, principalmente quando se trata da literatura brasileira.

Para se chegar a essa conclusão, recorreu-se ao banco de dados brasileiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao periódico brasileiro especializado revista *Benjamin Constant*. Em seguida, foram consultadas as bases de dados *Education Resources Information Center (Eric)*, o *Catálogo de Publicaciones de Servicios Sociales da Organización Nacional de Ciegos Espanoles (Once)* e os periódicos *British Journal of Visual Impairment* e *Journal of Visual Impairment & Blindness*. Foram empregados os seguintes descritores representativos da temática de investigação para o período compreendido entre 2003 e 2013, utilizados isoladamente e em associação, em inglês, português e espanhol: "cegueira", "deficiência visual" e "cão-guia".

Começando pelas pesquisas brasileiras, Sá (2003) fala sobre os vários instrumentos usados pelas pessoas cegas para se locomover. Para a autora, destaca-se a opção pelo cão-guia, que poderia amenizar um pouco essa questão de segurança em sua mobilidade.

Na verdade, ele tem sua utilização pouco difundida, de difícil acesso e aceitação social, ou seja, ainda é recente a lei que garante o acesso de pessoas com deficiência visual acompanhadas do cão-guia a ambientes de uso coletivo (SÁ, 2003). Ainda segundo a autora, no Brasil, a Lei nº 12.492/1997 colaborou para que uma mulher pudesse circular no metrô com seu cão-guia, como é relatado a seguir:

São numerosos e desafiadores os obstáculos que dificultam ou impedem a locomoção, a livre circulação, a comunicação, a interação física e social das pessoas cegas ou com baixa visão em suas atividades diárias. Não raro, estas pessoas convivem com atitudes, atos discriminatórios e estruturas excludentes que convertem o cotidiano em campo de batalha e tornam a condição de cidadania mera abstração ou um ideal inatingível. (SÁ, 2003, p. 4)

Já Moura e Castro (1998) apresenta a evolução dos instrumentos utilizados por deficientes visuais e o crescimento da disciplina orientação e mobilidade (O&M) ao longo da história. Para ele, o processo de O&M, ao ser estudado e aplicado, deve implicar a opinião dos próprios cegos, dos técnicos e da população em geral, porém há ainda muito a estudar na área.

Ainda em relação ao Brasil, Martinez (2011) narra em forma de autobiografia sua história com o cão-guia Boris e a luta para ter acesso ao metrô da cidade de São Paulo. A autora inspirou a aprovação de duas leis - uma estadual, em 2001, e outra federal, em 2005 -, que garantem o acesso de cães-guia a todo e qualquer local público e privado de uso coletivo.

Com relação à literatura internacional, começa-se por Ostermeier (2010), já citado, que trata da primeira escola de cães-guia do mundo, estabelecida na Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial, e da criação e difusão de escolas de cão-guia nos Estados Unidos durante o século XX.

Amádio e Ferreira (1998), por sua vez, apresentam uma tradução parcial de um artigo sobre cão-guia da Royal New Zealand Foundation for the Blind Guide Dog Services. O artigo, no formato pergunta-resposta, esclarece as dúvidas mais frequentes sobre o uso de cão-guia, ainda incomum à época de sua publicação.

Gray (2008) reporta alguns aspectos da investigação de O&M, independência e qualidade de vida por 147 crianças e jovens com deficiência visual entre 0 e 19 anos na Irlanda do Norte.

Já Casals (2007) analisa aspectos da O&M de usuários de cães-guia, fazendo comparações com o uso da mobilidade com a bengala e com o auxílio de guia vidente, mostrando-os como uma habilidade complementar ao uso da bengala e do guia vidente.

Por fim, Wiggett-Barnard e Steel (2008) exploraram a dinâmica da posse do cão-guia na África do Sul com seis participantes. Por meio de uma entrevista estruturada, as

autoras dizem que esta proporcionou uma compreensão mais clara do cão-guia e de seu relacionamento com o proprietário, bem como da influência do cão na vida de uma pessoa com cegueira. De fato, tal experiência parece provocar uma mudança de vida, com consequências negativas e positivas para a pessoa cega (WIGGETT-BARNARD; STEEL, 2008). Esse estudo também aponta o uso do cão-guia como auxílio no desenvolvimento da coordenação motora da pessoa cega.

Dessa forma, chegou-se naturalmente às questões da pesquisa: Como é a acessibilidade da pessoa cega com o cão-guia no transporte, nos estabelecimentos públicos e privados brasileiros? Quais as diferenças em sua mobilidade em relação à bengala?

2. Objetivos

A presente pesquisa teve como objetivo investigar as vantagens e desvantagens do cão-guia em relação à mobilidade da pessoa cega.

Quanto aos objetivos específicos, procurou-se investigar:

- a relação do cão-guia com a pessoa cega;
- os possíveis benefícios da utilização do cão-guia;
- o cumprimento da legislação sobre o acesso do cão-guia.

3. Método

A pesquisa é qualitativa, usando a abordagem diferencial, que teve como intuito investigar a natureza e as causas da variação e desenvolvimento dentro de uma população com deficiência visual (WARREN, 1994).

Foram selecionados sete participantes, usuários de cão-guia, por meio de rede social da internet, em comunidades de cinco instituições de atendimento especializado ao deficiente visual com cão-guia ou escola de treinamento, localizadas no Brasil.

Após a aprovação da pesquisa no Conselho de Ética de Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos, com o Parecer nº 443.193/2013, foi realizado o contato com os participantes, explicando o propósito da pesquisa e convidando-os a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta de dados ocorreu por entrevista estruturada, pela própria rede social, enviando formulários para eles responderem e enviarem de volta para os pesquisadores.

A análise de dados foi baseada em Wiggentt-Barnard e Stell (2008), analisando as respostas de forma qualitativa.

Quanto aos materiais e equipamentos, foram utilizados na pesquisa os seguintes materiais: folha de sulfite A4, lápis, caneta, borracha, *notebook* e impressora.

Como instrumento de pesquisa, foi construído um questionário estruturado baseado em Amádio e Ferreira (1998), Sá (2003) e Wiggentt-Barnard e Stell (2008), tendo sido este revisado por juízes (alunos de pós-graduação do PPGEs/UFSCar e que eram mentores na referida disciplina de graduação), o qual segue na íntegra no Apêndice.

4. Resultados e discussão

Para a realização da pesquisa, o grupo contou com a participação de sete usuários de cão-guia, o que corresponde a cerca de 10% dessa população disponível no Brasil, chamados de P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7, sendo cinco do sexo masculino e duas do sexo feminino, com idades entre 27 e 64 anos.

Sobre a obtenção e o treinamento, três participantes conseguiram seus cães no Brasil e quatro, nos Estados Unidos, evidenciando a dificuldade em sua obtenção no país, apesar do crescente número de escolas de treinamento, indo ao encontro de Martinez (2011) e Sá (2003).

Há divergências sobre o tempo de treinamento do animal e acompanhamento, provavelmente por falta de informação, ou as respostas dos participantes dizem respeito somente a uma das fases do treinamento, como vemos a seguir em P1 e P3, respectivamente:

O treinamento do cão-guia foi realizado nos Estados Unidos. O treinamento dura aproximadamente um ano e meio e quando o deficiente vai buscar o cão-guia nos Estados Unidos fica lá por volta de um mês para se socializar com o cão-guia. (Participante P1)

Em São Paulo, duração de trinta dias. (Participante P3)

Quanto à sua manutenção, todos os participantes disseram que é similar ao cuidado de um animal comum, como vemos a seguir em P7 e P3, respectivamente:

Quanto a custos, um cão-guia custa, para o usuário, o mesmo que um cão de companhia bem-cuidado; algumas instituições oferecem alguma ajuda com vacinas, alimentos etc. Os cães que vêm do exterior costumam trazer um *kit* de utensílios e produtos para o cão, mas a manutenção é por conta do usuário. (Participante P7)

Para o cego, o custo de cuidar de um cão é parecido com [o de] um cachorro comum, em torno de duzentos reais por mês. (Participante P3)

Uma grande dificuldade relatada pelos participantes é de se conseguir um cão-guia no Brasil (MARTINEZ, 2011 ; SÁ, 2003) em razão da existência de poucos locais de treinamento e de seu alto custo, com tempo de espera de aproximadamente cinco anos,

próximo à realidade da África de Sul, concordando com o relatado por Wiggentt-Barnard e Stell (2008), mas bem longe da realidade dos Estados Unidos (OSTERMEIER, 2010). Observa-se isso na fala do participante P3:

No Brasil a dificuldade está em falta de apoio do governo para as instituições. O custo de treinamento de um cão para a instituição gira em torno de trinta mil reais. No Brasil não se compra cão-guia. O usuário cego entra em uma fila e aguarda um cão compatível com seu perfil. Eu fiquei cinco anos na fila.

Quanto à adaptação com o cão-guia, P1, P3, P4, P5 e P7 relataram não terem tido nenhuma dificuldade, ao contrário de P2 e P6, indo ao encontro de Wiggentt-Barnard e Steel (2008). Observa-se isso na fala de P4: "Parece que eu já nascera para andar com cães- guia. Não senti nenhuma dificuldade."

Por sua vez, P2 e P6 falam da dificuldade na adaptação com o animal. Por sua vez, P6 relata: "As dificuldades que tive em sua maioria ocorreram por eu não confiar totalmente em alguns momentos na concentração do cão-guia, bem como não exercer plenamente o domínio sobre ele."

Sobre o meio de locomoção dos participantes, todos relataram usar o cão-guia em detrimento da bengala longa, por ele proporcionar inúmeras vantagens, como eficaz detecção de obstáculos aéreos, poder percorrer grandes distâncias com ritmo intenso e trazer segurança e confiança na locomoção em lugares desconhecidos pelos usuários (CASALS, 2007).

Os participantes destacaram também, como grande vantagem do uso de cão-guia, o fato de ele proporcionar e facilitar a interação social com as demais pessoas (VALENTINE; KIDDOO; LAFLEUR, 1993; DUNCAN; ALLEN, 2000; WIGGENTT-BARNARD; STELL, 2008).

Essas vantagens são vistas claramente na fala do participante P2:

Acredito que, basicamente, posso percorrer grandes distâncias, num ritmo muito mais intenso, com o cão-guia; outro benefício é a interação com as pessoas, que ocorre através do cão. No meu caso, já tive uma experiência bem séria, com relação à segurança; em novembro de 2008, ao puxar a porta do elevador, no 12º andar, por três vezes "mandei" o cão entrar e ele não me obedeceu; logo eu soube que a porta se abriu sem o elevador estar presente.

Elas também são demonstradas na fala de P5: "Com o cão-guia, temos mais autonomia e liberdade, e certamente mais segurança para andar em locais que não conhecemos."

Quando se pergunta se os participantes enfrentaram alguma dificuldade em acessar lugares públicos e privados (ônibus, metrô, aviões, trens, táxis, lojas, restaurantes etc.), seis usuários de cão-guia relatam que encontraram, exceto P6, que alegou que não enfrenta nenhuma dificuldade.

Tais dificuldades citadas se referem principalmente ao fato de as pessoas confundirem o cão-guia com um cachorro comum, impedindo-o de acessar lugares públicos e privados, concordando com Martinez (2011) e Sá (2003) quando se referem à realidade brasileira. Além disso, os autores supracitados apontaram o não cumprimento de leis estaduais e federais, além do não estabelecimento de uma cultura do uso do cão-guia no Brasil, concordando com a realidade sul-africana (WIGGETT-BARNARD; STEEL, 2008) e a pesquisas brasileiras (MARTINEZ, 2011; SÁ, 2003).

Esse fato aparece na fala do participante P3: "A maior dificuldade é as pessoas confundirem um cão-guia com outro cachorro qualquer, tentando impedir o livre acesso, mesmo garantido por lei, fazendo com que muitas vezes eu tenha de explicar a situação."

Um dos grandes problemas encontrados pelos usuários de cão-guia se refere à locomoção em táxis, já que, dos seis que alegaram problemas, cinco citaram esse como um grande problema na locomoção com cão-guia nas cidades brasileiras, o que pode ser visto claramente na fala do participante P7:

Comecei a usar cão-guia em 1993 e lá se vai muito tempo, muita coisa mudou de lá para cá, mas, o que persiste, até hoje, é, de vez em quando, dificuldade com taxistas; acontecem recusas de nos transportar, mas, quando se consegue entrar no táxi mesmo a contragosto do motorista, nunca me aconteceu de chegar ao destino sem que o taxista me pedisse desculpa e declarasse que, de então adiante, receberia cegos e seus guias com prazer. Nos últimos 20 anos as coisas mudaram radicalmente, não temos mais quase nenhum problema de acesso com nossos cães em locais públicos de uso coletivo; alguns condomínios podem, eventualmente, tentar alguma coisa, mas a lei é explícita e logo se resolve tudo.

Esse resultado é similar ao da realidade sul-africana, descrita por Wiggett-Bar-nard e Steel (2008), e também vai ao encontro de Sá (2003).

Outro problema ocorre quando as pessoas, ao confundirem o cão-guia com um cachorro comum, brincam com ele, distraíndo-o, prejudicando seu trabalho (WIGGETT-BARNARD; STEEL, 2008). Isso é relatado pelo participante P3:

O cão-guia pode brincar e receber carinho, desde que não trabalhando. Fazer carinho ou brincar com cão-guia em hora de trabalho pode causar acidentes graves para o cão ou seu dono, já que a atenção do mesmo será desviada.

Já o participante P7 diz que o fato de algumas pessoas brincarem com o cão-guia não atrapalha, como se nota em sua fala, a seguir:

As pessoas costumam brincar, e isso não traz nenhuma influência quanto ao trabalho do cão-guia, se a pessoa cega utilizadora do cão souber manter a liderança enquanto chefe da matilha, posto que todo dono de cães tem de saber manter essa liderança. Embora os instrutores e escolas digam que permitir que as

peças brinquem com o cão. Lhe tira a atenção, não acredito que seja verdade, por experiência própria. Apenas quando ele está efetivamente guiando, ou seja, andando, não é aconselhável brincar com o cão. Afinal, ele está trabalhando naquele momento.

Por fim, indagados se existia alguma pergunta ou informação que não foi perguntada e que queriam esclarecer, três deles (P1, P2 e P5) deram respostas relativas aos cuidados com o cão-guia, como em Martinez (2011). Isso é observado na fala de P5:

Em caso de doença do cão-guia, você tem algum auxílio da instituição que o forneceu? Resposta, no meu caso especificamente, estou enfrentando desde janeiro um problema com o sangue e problemas hepáticos com meu cão-guia, que me obrigou a promover uma campanha pela internet, a fim de conseguir recursos para poder bancar o tratamento, que pode ser consultada no meu blog. Ou seja, a instituição não auxiliou em nada. Já outras instituições dão todo o auxílio, inclusive promovendo o tratamento de saúde em seus próprios centros de treinamento, como é o caso da instituição de Brasília no Distrito Federal.

Dois respostas (P3 e P4) foram no sentido de obtenção do cão-guia, não diferindo muito de Martinez (2011), como se observa na fala de P4: "Conseguir um cão-guia no Brasil ainda é muito difícil. As ofertas são bem poucas e há muita procura."

Já P7 falou sobre a dificuldade de integração do usuário com a sociedade, indo ao encontro de Valentine, Kiddoo e Lafleur (1993), como se vê a seguir:

Como o cão-guia interfere na integração do cego na sociedade?
Pois acho que essa é, afinal, a maior contribuição que obtive dos meus guias, a presença do cão chama atenção, cativa as pessoas, que se aproximam e passam a interagir conosco. Sem cão, muita gente até teria vontade de se aproximar, mas se sente inibido pela nossa deficiência; o cão serve de pretexto, abre portas, faz amigos, aproxima colegas de trabalho. Tive cão-guia por 17 anos e, há quase quatro, estou sem conseguir reposição para meus companheiros que se foram. A diferença é brutal, sinto falta deles a cada minuto de cada dia, todos os dias.

Apenas um participante (P6) não quis dar nenhum complemento à última pergunta.

Para concluir esta pesquisa, a partir dos sete questionários disponíveis e das categorias elencadas, pode-se dizer que emergiu uma questão que não fazia parte dos objetivos iniciais propostos: o que, de fato, é ter um cão-guia?

Para se obter essa resposta, um passo fundamental é conhecer o cotidiano do cão-guia e poder acompanhar a relação dele com seu usuário. Também é necessário considerar que essa não é somente uma relação utilitária e funcional, mas também uma interdependência, que permite a constituição de vidas.

Porém, as dificuldades para realizar esta pesquisa mostraram claramente que isso não é tarefa fácil, não sendo possível, com o método apresentado, a aplicação de questionários pela internet aos usuários brasileiros de cães-guia. Uma solução seria fazer uma pesquisa de campo, com entrevistas pessoalmente aos usuários, aliada a uma observação direta da inter-relação entre cão-guia e usuário, bem como visitas a escolas de treinamento destes, aliando-se a entrevistas com os treinadores, partindo-se do trabalho realizado por Wiggett-Barnard e Steel (2008) na África de Sul. Para tal, seria fundamental o financiamento de uma agência de fomento, e tal projeto poderia ser desenvolvido em um mestrado e/ou doutorado, já que a pesquisa de tornaria longa e com altos custos.

No entanto, algumas falas dos participantes desta pesquisa já podem dar uma ideia de resposta à pergunta emergente.

Assim, notou-se a necessidade do usuário de confiar totalmente nos cães-guia, já que eles agora são seus olhos. Por sua vez, o cão recebe todos os cuidados de um animal convencional, como alimentação, vacinas e cuidados com a saúde. Isso se observa nas falas a seguir:

O cão-guia deve obedecer os comandos do dono, bem como todos os cuidados e responsabilidades devem ser deste. (Participante P1)

Todas, como, por exemplo, o fato do cachorro enxergar e fazer com que o deficiente ande como se estivesse enxergando, pois o deficiente com a bengala esbarra tanto nos obstáculos aéreos quanto nos obstáculos terrestres. (Participante P2)

A principal diferença é que com cão-guia você não detecta os obstáculos e sim o cão, dando a segurança de não bater em obstáculos aéreos. Você entrega a condução ao cão e confia nele. (Participante P1)

No mesmo sentido, percebendo-se uma tentativa de responder à pergunta emergente, Wiggett-Barnard e Steel (2008) dizem que os cães-guia parecem fornecer mais do que apenas ajuda na mobilidade, sendo companheiros e amigos. Essas autoras também dizem que eles são uma grande responsabilidade, além de não serem seres perfeitos, capazes de sozinhos dar "vida" a uma pessoa, mas parecem, sim, melhorar a vida das pessoas que voluntariamente se candidatam a um deles.

5. Conclusão

Pode-se dizer que o objetivo geral foi alcançado com sucesso, conseguindo-se investigar as vantagens e desvantagens do uso do cão-guia em relação à mobilidade da pessoa cega.

Primeiramente, foi constatada grande dificuldade dos participantes em conseguir um cão-guia no Brasil, mostrando-se próxima à realidade da África de Sul, mas bem longe da dos Estados Unidos.

Quanto às vantagens do uso do cão-guia na locomoção de pessoas cegas, os participantes relatam a eficaz detecção de obstáculos aéreos e o fato de ele proporcionar maior segurança em seus deslocamentos, mas a principal vantagem de seu uso foi o relato de facilitação em interações sociais com as demais pessoas.

Já sobre as desvantagens do uso do cão-guia, a principal relatada foi o fato de as pessoas confundirem-no com um cachorro comum, brincarem com ele, distraíndo-o, prejudicando seu trabalho e a mobilidade de seus usuários.

Também ficou comprovada a dificuldade de acesso aos espaços públicos, privados e aos transportes, além da falta de compreensão para o acesso do cão-guia a tais locais.

Nesse mesmo sentido, quando se aborda a questão da legislação, o relato é que ainda faltam informações por parte da sociedade, causando muitas vezes transtornos aos usuários de cão-guia.

Um tópico que permeou todos os resultados foi o relato da falta da cultura de cão-guia no Brasil, o que leva à dificuldade de acesso a um cão-guia por parte das pessoas cegas, além do desrespeito à legislação, prejudicando bastante a locomoção dessas pessoas.

Falando agora em implicações desta pesquisa, pode-se dizer que os resultados das entrevistas têm implicações para a prestação de serviços dos governos municipais, estaduais e federal para pessoas com cegueira, já que grande parte dos participantes relatou dificuldade na acessibilidade à infraestrutura das cidades brasileiras.

Outra implicação é a necessidade de educação da população brasileira como um todo para lidar melhor com o cão-guia e seus usuários, já que, apesar da existência de leis sobre a locomoção e o acesso do cão-guia, em espaços tanto públicos quanto privados, as leis ainda não são respeitadas, muitas vezes por falta de conhecimento.

A principal limitação da pesquisa foi a dificuldade de encontrar usuários de cão-guia, deixando como sugestão a realização de futuras pesquisas com maior número de participantes.

Como sugestão de futuras pesquisas, ficou a necessidade de aprofundar as vantagens do cão-guia como facilitador de interações sociais.

REFERÊNCIAS

- AMÁDIO, V. A.; FERREIRA, P. F. Perguntas e respostas mais frequentes sobre a utilização de cães-guias. *Revista Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, n. 9, 1988.
- CASALS, B. C. Movilidad con perro-guía: bastón y guía vidente como elementos complementarios de familiarización con nuevos entornos. *Integración: revista sobre ceguera y deficiencia visual*, n. 52, p. 33-37, 2007.
- DUNCAN, S. L.; ALLEN, K. Service animals and their roles in enhancing independence, quality of life, and employment for people with disabilities. *Handbook on Animal-assisted Therapy: theoretical foundations and guidelines for practice*, p. 303-323, 2000.
- FELIPPE, J. Á. de M. *Caminhando juntos: manual das habilidades básicas de orientação e mobilidade*. São Paulo: Laramara, 2001.
- GRAY, C. Support for children with a visual impairment in Northern Ireland: the role of the rehabilitation worker. *British Journal of Visual Impairment*, v. 26, n. 3, p. 239-254, 2008.
- HOFFMANN, S. B. Benefícios da orientação e mobilidade: estudo intercultural entre Brasil e Portugal. *Revista Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, n. 14, 1999.
- INSTITUTO IRIS. *Dez pontos que você precisa saber quando estiver diante de um cão-guia*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.iris.org.br/index.php/cao-guia/manual-do-cao-guia.html>>. Acesso em: 21 dez. 2014.
- LINDEMANN, J. E.; BOYD, R. D. *Psychological and behavioral aspects of physical disability: a manual for health practitioners*. Nova York: Plenum Press, 1981.
- MARTÍNEZ, J. M. *Los ciegos en la historia*. Madri: Once, 1991. t. I, p. 23.
- MARTINEZ, T. *Minha vida com Bóris*. São Paulo: Globo Livros, 2011.
- MENDONÇA, A. et al. Pressupostos básicos e orientações gerais a considerar na educação de alunos cegos e com baixa visão. In: CAPUCHA, L. (Org.). *Alunos cegos e com baixa visão: orientações curriculares*. Portugal: Direcção de Serviços da Educação Especial e do Apoio Sócio-educativo/Ministério da Educação de Portugal, 2008.
- MOURA E CASTRO, J. A. Orientação e mobilidade: alguns aspectos da evolução da autonomia da pessoa deficiente visual. *Revista Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, 1998.
- OSTERMEIER, M. History of guide dog use by veterans. *Military Medicine*, v. 175, n. 8, p. 587593, 2010.
- SÁ, E. D. Acessibilidade: as pessoas cegas no itinerário da cidadania. *Revista Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, n. 24, 2003.

SANTOS, A. J. O.; CASTRO, S. A. Autoestima a partir do caminhar: orientação e mobilidade da pessoa com deficiência visual. *Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, n. 24, 2013.

SOUZA, J. B. A acessibilidade como campo de pesquisa: um panorama e os desafios investigativos no século XXI. *Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, edição especial, 2013.

TAVOLIERI, N. O encantador de cães-guia. *Revista Época*, São Paulo: Globo, 2013. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2013/03/o-encantador-de-caes-guia.html>>. Acesso em: 6 fev. 2013.

VALENTINE, D.; KIDDOO, M.; LAFLEUR, Be. Psychosocial implications of service dog ownership for people who have mobility or hearing impairments. *Social Work in Health Care*, v. 19, n. 1, p. 109-125, 1993.

WARREN, David H. *Blindness and children: an individual differences approach*. Cambridge University Press, 1994.

WIGGETT-BARNARD, C.; STEEL, H. The experience of owning a guide dog. *Disability & Rehabilitation*, v. 30, n. 14, p. 1014-1026, 2008.

Recebido em: 24.9.2014

Reformulado em: 13.1.2015

Aprovado em: 23.1.2015

Apêndice: Questionário

1. Identificação pessoal:

Sexo: () Masculino () Feminino Idade:

Profissão:

2. Qual o meio utilizado para sua locomoção?

() Bengala () Cão-guia () Outros:

3. Onde você obteve o cão-guia?

4. Onde foi realizado o treinamento com o cão-guia? Qual foi a duração?

5. Como foi sua adaptação com o cão-guia? Quais as dificuldades?

6. Existe algum acompanhamento após o treinamento? Se sim, qual?

7. Você enfrenta dificuldade em acessar lugares públicos e privados (ônibus, metrô, aviões, trens, táxis, lojas, restaurantes etc.)? Quais são elas?

8. As pessoas costumam brincar com o cão-guia? E com tal atitude influenciaria seu comportamento?

9. É viável a obtenção de um cão-guia? Em caso afirmativo, quais são os custos em se tê-lo?

10. Quais as diferenças em sua mobilidade com o cão-guia em relação à bengala?

11. Se existe alguma pergunta ou informação que não foi perguntada e queira esclarecer, coloque a seguir.